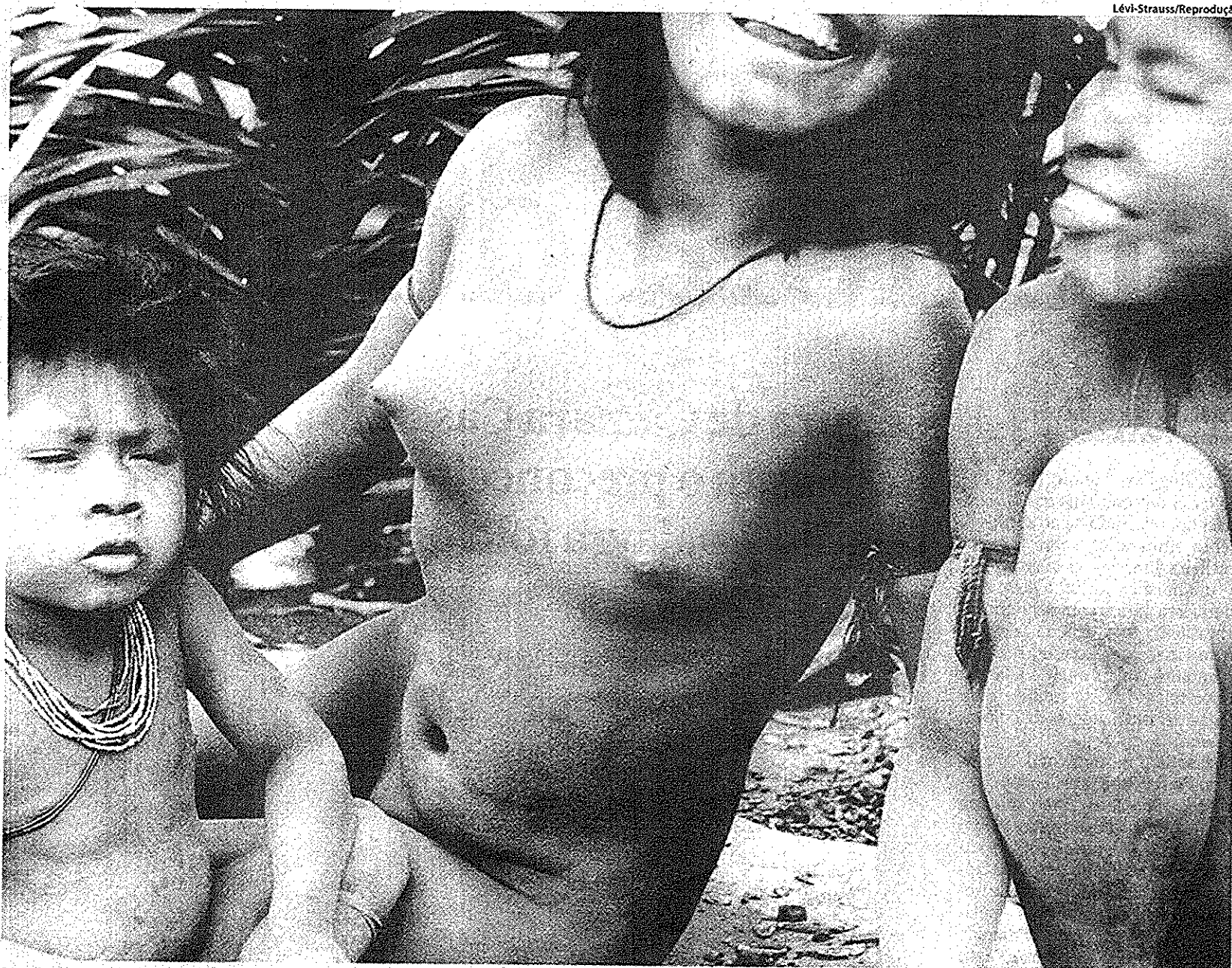


## ANTROPOLOGIA



Meninas da tribo dos Nambikwara, em foto do antropólogo Claude Lévi-Strauss

CLAUDE LÉVI-STRAUSS  
 especial para o "La Repubblica"

No século passado e mesmo no início deste, uma teoria em voga entre os antropólogos afirmava que, nos primeiros tempos da humanidade, as mulheres tinham em suas mãos os negócios familiares e sociais. Exibiam-se múltiplas provas desse suposto matriarcado primitivo: estatuetas majoritariamente femininas e figuração frequente de símbolos femininos nas artes da pré-história; lugar de destaque atribuído às "deusas-mães", em tempos proto-históricos, em toda a bacia mediterrânica e além; povos ditos "primitivos", observados em nossos dias, entre os quais o nome e a situação social passam da mãe para seus filhos; por fim, numerosos mitos recolhidos por todos os cantos do mundo, contendo outras tantas variações sobre o mesmo tema; nos tempos antigos, contam eles, as mulheres mandavam nos homens. A sujeição destes durou até o momento em que se apossaram de certos objetos sagrados, instrumentos de música, dos quais muitas vezes as mulheres derivavam seu poder. Uma vez detentores exclusivos desses meios de comunicação com o mundo sobrenatural, os homens puderam estabelecer sua dominação para sempre.

Atribuindo verossimilhança histórica aos mitos, deixava-se de perceber que sua função principal consiste em explicar por que as coisas são como são no presente, o que os obriga a supor que eram diversas no passado. Em suma, os mitos raciocinam exatamente à maneira dos pensadores do século passado, ciosos de seu evolucionismo, quando se esforçavam em ordenar em série unilinear as instituições e os costumes observados pelo mundo afora. Partindo do postulado de que nossa civilização era a mais complexa e a mais evoluída, viam nas instituições dos povos ditos "primitivos" uma imagem daquelas que teriam existido nos primórdios da humanidade. E, uma vez que o mundo ocidental rege-se pelo direito paterno, concluíam que os povos selvagens deviam ter conhecido e por vezes ainda conheciam um direito radicalmente oposto.

Os progressos da observação etnográfica deram fim, por certo tempo que já se julgou definitivo, às ilusões do matriarcado. Percebeu-se que, no regime de direito materno como no regime de direito paterno, a autoridade pertence aos homens. A única diferença está em que ela é exercida pelos irmãos das mães, no primeiro caso, e pelos maridos, no outro.

Entretanto, por influência dos movimentos feministas e disso que nos Estados Unidos chama-se de "gender studies" — estudos sobre o papel atribuído às diferenças sexuais na vida das sociedades —, hipóteses de inspiração matriarcal recobriram força. Fundam-se agora numa argumentação muito diferente e bem mais ambiciosa.

Foi ao consumir o salto decisivo da natureza à cultura que a humanidade se separou da animalidade e que as sociedades humanas tiveram origem; ora, esse salto decisivo permaneceria um mistério caso não pudéssemos designar tal ou qual capacidade distintiva da espécie humana que teria respondido pelo impulso. Já conhecíamos duas: a fabricação de utensílios e a linguagem articulada. Propõe-se agora uma terceira, tida mesmo por superior às demais, uma vez que, sem depender das faculdades intelectuais pressupostas pelas duas primeiras, assenta-se nos estratos mais profundos da vida orgânica. O surgimento da cultura não seria mais um mistério, ela lançaria raízes na própria fisiologia.

De todos os mamíferos, o homem é o único que, segundo uma fórmula tradicional (cuja impor-

tância não fora bem medida), pode fazer amor em qualquer estação. As fêmeas humanas não têm um ou vários períodos de cio. A diferença dos animais, elas não sinalizam para os machos, por meio de alterações cromáticas ou emissões de odores, seus períodos de ovulação, isto é, aqueles períodos propícios à fecundação e à gestação; e também não se recusam durante os outros.

Como se justifica a tese? É onde as coisas se complicam: à falta de qualquer demonstração possível, a imaginação permite-se livre curso.

Alguns autores evocam os costumes dos chimpanzés selvagens, cujas fêmeas em período de cio obtêm dos machos mais alimentação animal que as outras. Extrapolando audaciosamente, infere-se que, entre os humanos, a partir do momento em que a caça se tornou ocupação exclusivamente masculina, as mulheres que se mostravam acessíveis a qualquer momento recebiam dos homens um quinhão maior de carne. Melhor nutridas, mais robustas e por isso mesmo mais férteis, essas mulheres levavam vantagem no processo de seleção natural. E mais: dissimulando sua ovulação, essas fêmeas teriam obrigado os machos (exclusivamente urgidos pela necessidade de propagar seus genes, nesses tempos primitivos) a lhes dedicar mais tempo que o exigido pelo simples ato reprodutivo. Destarte, garantiam para si uma proteção duradoura, cada vez mais útil à medida que, no curso da evolução, os bebês que elas pariam se tornavam sempre maiores e de desenvolvimento mais protelado.

Oponto-se a esta teoria, outros autores afirmam que, ao não sinalizar (os americanos dizem: "to advertise") seus períodos de ovulação, as mulheres tornaram mais precária e mais trabalhosa a vigilância exercida por seus maridos. Estes últimos nem sempre eram os melhores procriadores; de modo que o interesse da espécie fez com que as fêmeas aumentassem suas chances de fecundação por outros machos.

Chave da união monogâmica num caso, remédio para seus inconvenientes no outro, eis aí duas teorias que propõem interpretações diametralmente opostas de um mesmo fenômeno. Numa revista científica francesa (pois idéias vindas do ultramar ganham

## Em texto inédito no Brasil, Lévi-Strauss discute a ausência do cio na espécie humana

influência também entre nós), encontrei uma terceira teoria, não menos fantasiosa. A ausência de um período de cio estaria na origem da proibição do incesto, proibição esta que, sabe-se bem, é praticamente universal nas sociedades humanas. A ausência do cio, afirma-se, e a disponibilidade constante que daí resulta teriam atraído homens demais para cada mulher. A ordem social e a estabilidade dos casais se veriam comprometidas se a proibição do incesto não tivesse vetado cada mulher

aqueles que, pelas circunstâncias de uma vida doméstica em comum, se encontravam mais expostos à tentação. Não se explica de que modo, em sociedades muito pequenas, a proibição do incesto teria protegido as mulheres agora mais desejáveis devido à ausência de períodos de cio do "intercurso sexual generalizado" com todos os outros machos, que travam contato cotidiano com elas mesmo quando não são parentes próximos. Sobretudo os advogados dessa teoria não parecem cientes do fato de que, de modo igualmente plausível (ou antes, tão pouco verossímil), já se defendeu a teoria oposta.

Dizia-se que o desaparecimento do cio ameaçava a paz conjugal e impunha a proibição do incesto. Ora, segundo outros autores, seria justamente a existência de períodos de cio que se revelaria incom-

patível com a vida social. Quando os humanos começaram a formar sociedades estáveis, apresentou-se o perigo de que cada fêmea no cio atraísse todos os machos. A ordem social não teria resistido. O cio devia desaparecer para que a sociedade perdurasse.

Ao menos esta última teoria apóia-se sobre um argumento sedutor. Os odores sexuais jamais desapareceram por inteiro. Deixando de ser naturais, tornaram-se culturais. Aí estaria a origem dos perfumes, cuja estrutura química é muito semelhante à dos feromônios orgânicos, uma vez que ainda hoje muitos de seus componentes são de origem animal.

Esta teoria abre caminho em que outras soçorram, mas tão-somente por inverter os dados do problema. Longe de destacar a ausência total do período de cio, chama-se a atenção para a dificuldade que tinham as mulheres em travar contato cotidiano com elas mesmo quando não são parentes próximos. Sobretudo os advogados dessa teoria não parecem cientes do fato de que, de modo igualmente plausível (ou antes, tão pouco verossímil), já se defendeu a teoria oposta.

Dizia-se que o desaparecimento do cio ameaçava a paz conjugal e impunha a proibição do incesto. Ora, segundo outros autores, seria justamente a existência de períodos de cio que se revelaria incom-

gem (em seguida, como vimos, à dos perfumes).

Neste cenário, as fêmeas fazem as vezes de hábeis calculadoras. Um outro cenário nega-lhes qualquer talento do gênero, ou antes, faz da estupidez uma vantagem para aquelas que, ignorando seus períodos de ovulação, terão mais chances de propagar seus genes. A seleção natural deverá favorecer-las às custas das mulheres mais inteligentes, cientes do nexo entre cópula e concepção, que saberão evitar relações durante a ovulação a fim de se pouparem dos incômodos da gestação.

Conforme o capricho desses fabricantes de teorias, a falta de um período de cio aparece ora como vantagem, ora como inconveniente. Ela permite, dizem uns, consolidar as uniões, ou então, dizem outros, minorar os riscos biológicos das uniões monogâmicas. Ora ela favorece os perigos sociais da promiscuidade, ora ela os previne. Não há como não se enredar em meio a interpretações contraditórias que se destroem mutuamente. Ora, quando se pode torcer os fatos para qualquer lado, torna-se inútil erigir sobre eles uma explicação qualquer.

Há um século, e também nos Estados Unidos, que os antropólogos vêm se esforçando por introduzir em sua disciplina um pouco de prudência, de seriedade e de rigor. Que desolação não sentiriam ao ver seu campo de estudos invadido e mesmo submerso (sobretudo no ultramar, mas também na Grã-Bretanha e, logo, em toda a Europa) por esse tipo de robinsonadas genitais? Essas revoluções, sobre as quais se disserta como se datassem de ontem e supondo que de fato tenham ocorrido, remontam a centenas de milhares, talvez a milhões de anos.

Não podemos dizer nada sobre um passado tão remoto. É por isso que, a fim de atribuir algum sentido à ausência do cio, de inventar para ele algum papel que esclareça a vida social que levamos hoje, procura-se subrepticamente deslocá-lo para uma época mais recente, ignorada por nós, mas não tão distante a ponto de não poder projetar seus efeitos até o presente.

É significativo que essas teorias sobre o cio tenham se desenvolvido nos Estados Unidos, nos passos de uma outra teoria que busca encurtar as distâncias. Segundo esta teoria, o homem de Neanderthal,

predecessor imediato do *homo sapiens* (e por alguns milhares de anos seu contemporâneo), não possuía linguagem articulada em virtude da conformação de sua laringe e de sua faringe. O surgimento da linguagem daria portanto de no máximo 50 mil anos.

Por trás dessas várias tentativas de remeter atividades intelectuais complicadas a bases orgânicas simples, percebem-se os traços de um pensamento ofuscado pelo naturalismo e pelo empirismo. Quando faltam observações suficientes para fundamentar uma dada teoria, como é quase sempre o caso, ele as inventa. Essa propensão a travestir afirmações gratuitas como dados experimentais nos reconduz a vários séculos atrás, aos primórdios da reflexão antropológica.

Se a estrutura anatômica de sua garganta impedia que o homem de Neanderthal emitisse certos fonemas, não há como duvidar de que ele pudesse emitir outros. E qualquer tipo de fonema é igualmente suficiente para diferenciar significações. A origem da linguagem não está ligada à conformação dos órgãos fonadores. A pesquisa a respeito cabe à neurologia.

Esta última tem mostrado que a linguagem pode ter existido já em tempos recuados, muito anteriores ao surgimento do *homo sapiens*, há cerca de 100 mil anos. Moldes endocranianos feitos a partir dos resquícios do *homo habilis*, um de nossos predecessores distantes, mostram que o lobo frontal e a área de Broca, centro da linguagem, já se haviam formado há mais de 2 milhões de anos. Como sublinha seu nome de batismo, o *homo habilis* já fabricava utensílios, decerto rudimentares, mas já segundo formas constantes. Não é fútil notar a esse respeito que o centro cerebral que comanda a mão direita é contíguo à área de Broca e que esses dois centros se desenvolveram conjuntamente. Nada permite afirmar que o *homo habilis* falava, mas já tinha alguns dos meios necessários à disposição.

Por outro lado, não há dúvida possível no que tange o *homo erectus*, nosso predecessor direto, que há meio milhão de anos talhava utensílios de pedra dotados de um grau de simetria que exige mais de uma dúzia de operações sucessivas. É inimaginável que essas técnicas complexas pudessem passar de geração em geração senão por intermédio de alguma espécie de ensino.

Todas essas considerações removem o surgimento do pensamento conceitual, da linguagem articulada e da vida em sociedade para tempos tão remotos que não se pode, sem passar recibo de ingenuidade vizinha da tolice, sair a elocubrar hipóteses. Se se pretende enxergar na ausência de períodos de cio as origens da cultura, ter-se-á que admitir que ela vale já para o *homo erectus*, talvez mesmo para o *homo habilis*, espécies sobre cuja fisiologia não sabemos nada, deixando de lado que as coisas verdadeiramente interessantes, do ponto de vista da evolução humana, tiveram lugar nos cérebros, e não em úteros ou laringes.

Aos que se sentem tentados por brincadeiras em torno do cio, pode-se sugerir que a hipótese afinal de contas menos absurda deveria relacionar a ausência dos períodos de cio ao surgimento da linguagem: tão logo puderam sinalizar seus humores por meio de palavras, mesmo que em termos velados, as mulheres não precisaram mais dos meios fisiológicos pelos quais elas se faziam entender; tendo perdido sua função primeira e desde então inúteis, esses velhos meios, com seu aparato desconfortável de inchaços, de umidades, de rubores e de exalações fortes aos poucos se atrofiaram. A cultura teria modelado a natureza, não o contrário.